

Nota de Esclarecimento

Em relação à matéria 'Na licitação do Pimentas-Bonsucesso, INDSH é alvo de investigação do Ministério Público', o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano vem a público esclarecer que:

- Ao contrário do que diz a matéria, o INDSH não é alvo de qualquer tipo de investigação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
- O INDSH administrou o Hospital Regional de Sorriso até 8 de maio de 2015, quando, por iniciativa própria, decidiu pedir rescisão contratual da gestão da unidade. Os motivos: o não pagamento dos repasses de custeio pelo Estado e o não reajuste dos valores, entre outras irregularidades praticadas pelo ente político.
- Por razões de interesse regional e não de interesse público, o governo local decidiu, dentro do prazo dado pelo INDSH para finalização do contrato, intervir na unidade, alegando irregularidades administrativas que sequer foram comprovadas nos processos administrativos instaurados e nem geraram investigação por parte do MPE.
- Com a intervenção, o Estado passou a usar, de forma ilegal, a personalidade jurídica do Instituto (CNPJ) para efetuar compras e celebrar contratos sem licitação ou concurso público, o que está sendo contestado judicialmente.
- As 'supostas irregularidades' na compra de equipamentos para o HRS foram totalmente explicadas pelo Instituto em todas as etapas do processo administrativo instauradas pela Secretaria de Saúde.
- O INDSH propôs várias ações judiciais contra o Estado, discutindo as motivações da intervenção e os pagamentos em atraso.
- O INDSH sempre agiu de forma ética, transparente e íntegra, e assim prosseguirá, pelo Respeito à Vida, à opinião pública e aos valores de conduta que defende.

José Carlos Rizoli
Presidente

www.indsh.org.br